



Editorial Este número de **Fórum** recebe as notícias da XXIV Assembleia Geral da Clacso, que foi realizada no México no início do mês de novembro. Paralelamente à Assembleia, que aprovou o relatório da gestão do professor Emir Sader e elegeu o professor Pablo Gentili para o cargo de secretário executivo, ocorreu o Congresso Latino-Americano de Ciências Sociais. Mais de 4 mil inscritos no Congresso participaram de mesas, grupos de trabalho, sessões temáticas, colóquios e Conferências Magistrais, em que estiveram presentes Don Pablo González Casanova (México), Néstor García Canclini (Argentina), Eduardo Galeano (Uruguai), Laura Tavares (Brasil), entre outros intelectuais.

Este número traz também novos estudos sobre o tema das ações afirmativas na educação superior e orienta um balanço que deve ser aprofundado na consulta à bibliografia apresentada. Os avanços das

políticas de inclusão são notáveis, o que já resulta em uma significativa melhoria nos indicadores educacionais. No entanto, a desigualdade estrutural da sociedade brasileira ainda predomina quando se consideram os dados de acesso das pessoas de baixa renda, negras e indígenas nesse nível educacional. A nova legislação aprovada e regulamentada aponta caminhos para a democratização da educação superior ao mesmo tempo em que impõe acompanhamento e avaliação permanentes, como orienta a própria lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff.

Aliás, a Assembleia Geral da Clacso aprovou moção na qual se recomenda que os programas de pós-graduação vinculados à entidade adotem ações afirmativas na seleção de seus candidatos. A democratização deve avançar!

Boa leitura.

XXIV Assembleia Geral da Clacso elege Pablo Gentili para o cargo de secretário executivo

A cidade do México recebeu na semana de 6 a 9 de novembro a XXIV Assembleia Geral da Clacso, reunindo mais de 300 centros membros de países da América Latina, Caribe, EUA e Europa. Paralelamente à Assembleia, realizou-se a Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais: “O Estado das Ciências Sociais na América Latina e Caribe”, acolhendo cerca de 4 mil participantes.

A Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais é uma iniciativa de Clacso, que conta com o apoio do Programa da Unesco para a Gestão das Transformações Sociais (MOST), que busca promover o pensamento crítico latino-americano na região e no mundo. A Conferência Magistral de Abertura coube ao professor Pablo González Casanova (México) e a de encerramento foi proferida pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano.

O Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) é uma instituição internacional não-governamental, fundada em 1967, que mantém relações formais de consulta com a Unesco. Atualmente reúne um total de 322 centros de pesquisa ativos e mais de 600 programas de pós-graduação em Ciências Sociais (mestrado e doutorado), com base em 25 países. Os objetivos do Conselho são a promoção e o desenvolvimento da pesquisa e do ensino das Ciências Sociais, bem como o fortalecimento do intercâmbio e da cooperação entre instituições e pesquisadores dentro e fora da região.

A Assembleia Geral aprovou o Balanço da Gestão Institucional (2010-2012) apresentado pela secretaria executiva. O professor Emir Sader exerceu as funções de secretário executivo da Clacso durante dois mandatos (2007-2012), período em que o número de centros associados praticamente dobrou. A rede de pós-graduação, iniciada com apenas cinco anos de existência, conta com 650 mestrados e doutorados, em mais de 20 países. Além dos avanços no campo acadêmico, a Clacso consolidou sua posição como uma das mais importantes redes científicas do mundo e adquiriu na cidade de Buenos Aires, Argentina, a sede própria para a organização.

Após a apresentação do Balanço e dois dias de intensos debates, a Assembleia Geral aprovou o trabalho realizado pela equipe que conduzia a gestão e aprovou o Plano de Trabalho 2013-2015. Foi eleito, por unanimidade, o professor Pablo Gentili, diretor da Clacso-Brasil, como novo secretário executivo da instituição para conduzir o Plano de Trabalho aprovado. Em seu discurso de agradecimento, Pablo Gentili homenageou Don Pablo Casanova e Emir Sader como referências do pensamento crítico latino-americano e mundial, exemplos do trabalho acadêmico e político para a nova geração de cientistas sociais.

A Assembleia, que se reúne a cada três anos, é o órgão máximo da Clacso. Em suas plenárias, elege o secretário executivo e o Conselho Diretivo, composto por oito titulares e oito suplentes, que representam as instituições segundo as áreas geográficas em que estão situadas.

O Conselho Diretivo eleito na XXIV Assembleia contará com Dalila Andrade (titular) da Universidade Federal de Minas Gerais, presidente da ANPED, e com César Barreira (suplente), da Universidade Federal do Ceará. Eles foram eleitos pelos centros membros brasileiros para o próximo mandato, substituindo José Vicente Tavares dos Santos (titular), do IFCH-UFRGS, e Ingrid Piera Andersen Sarti (suplente), da UFRJ/Unila.

A próxima Assembleia Geral da Clacso está convocada para 2015, na cidade de Medellín, na Colômbia.

Ações afirmativas no ensino superior público e políticas de apoio estudantil¹

MARCELO PAIXÃO², IRENE ROSSETTO³, ELISA MONÇORES⁴
E DANIELLE SANT’ANNA⁵

Reserva de vaga nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas de acordo com o Censo Nacional da Educação Superior de 2010

No ano de 2010, havia 274 Instituições de Educação Superior (IES) públicas no Brasil, segun do o Censo Nacional da Educação Superior, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Destas instituições, 81 (29,6%) possuíam algum tipo de reserva de vaga, ou cotas de acesso, para alunos ingressantes.⁶

Dentre os 408.562 alunos ingressantes de todas as IES públicas, somente 44.398 (10,9%) haviam entrado no ensino superior por meio de algum tipo de reserva de vaga no ano de 2010. Destes, 13.842 ingressaram em vagas destinadas a ações afirmativas de ordem étnicas, isto é, voltadas para pretos, pardos, índios e remanescentes de quilombos. Já

1 Elaborado a partir das edições de julho e agosto de 2012 do boletim eletrônico *Tempo em Curso*, editado mensalmente pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER). Disponível em: <<http://www.laeser.ie.ufrj.br>>. Retoma dados analisados em: *Revista Fórum*, n. 114. Disponível em: <<http://www.flacso.org.br/portal/pdf/pensamentocritico/XXVcadernopensamentocritico.pdf>>.

2 Professor do Instituto de Economia da UFRJ e Coordenador do LAESER.

3 Doutoranda em Sociologia da USP e Colaboradora do LAESER.

4 Mestranda em Economia pela UFF e Colaboradora do LAESER.

5 ??????????????????????

6 Vale salientar que não são contabilizadas as IES públicas que adotam o sistema de bonificação em seus exames seletivos para cursos de graduação.

32.851 estudantes adentraram uma IES, em 2010, por cotas de acesso a estudantes provenientes de escolas públicas. Esse número correspondeu a cerca de 74% de todos os discentes cotistas.⁷²

As universidades são as IES públicas com a maior proporção de reserva de vagas em relação ao número total de instituições (49 das 100 universidades do país), com especial destaque para as universidades estaduais (24 das 37 adotavam algum sistema de reserva de vagas).

Analisando os cursos de graduação, constatamos que dos 7.305 cursos oferecidos por todas as IES públicas do país em 2010, 2.389 (32,7%) adotavam o sistema de cotas em seu processo seletivo. Os cinco cursos com maior proporção de reserva de vagas em relação ao total de cursos eram Humanidades e Letras (42,6%), Odontologia (42,1%), Veterinária (41,1%), Serviço Social (40,0%) e Medicina (39,7%).

Na análise da proporção do número de ingressantes por meio do sistema de cotas em relação ao total de alunos novos, notou-se que, em 2010, também o curso de Humanidades e Letras aparecia como o primeiro da lista: 13,6% haviam ingressado por meio de reserva de vagas. Outros cursos para os quais essa proporção mostrou-se mais elevada foram Serviços Pessoais (13,3%), Odontologia (13,1%), Serviço Social (12,8%) e Veterinária (12,6%).

Outro ponto interessante a destacar é que, mesmo nos cursos que registraram a maior entrada de novos alunos por cotas étnicas em números absolutos, o peso deles em relação ao total de novos alunos para 2010 ainda era pequeno: representavam apenas 3,2% do total de ingressantes para Formação de Professor e Ciência da Educação; 4,4% de todos os novos estudantes de Saúde (exceto Medicina e Odontologia); e 3,4% daqueles que entraram em Engenharia e profissões correlatas. Em carreiras reconhecidamente prestigiadas, como Medicina e Direito, por exemplo, a presença relativa de ingressantes por meio de cotas étnicas foi de apenas 4,1% do total de novos alunos para ambos os cursos.

Assistência estudantil e ações afirmativas nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas

Do total de cotistas que ingressaram em alguma IES pública em 2010, somente 18,3% (8.134) recebiam algum tipo de assistência estudantil. Dentre os não cotistas, o percentual relativo dos ingressantes que recebiam apoio social era ainda menor: 9,4% (34.221).

As modalidades de apoio social mais frequentes são, nesta ordem: alimentação, bolsa permanência e moradia. Os percentuais de alunos cotistas que recebiam estes auxílios eram, respectivamente, de 10,2%, 6,1% e 3,4%. Entre os não cotistas, eram, respectivamente, de 6,9%, 1,0% e 1,0%.

Em 2010, o Brasil possuía um total de 1.461.691 alunos matriculados nas IES. Destes, apenas 7,2% (105.855) haviam entrado no ensino superior por meio de algum tipo de reserva de vaga, e somente 12,0% do total de alunos (175.692) eram beneficiários de apoio social, fossem estes cotistas ou não.

Ao se analisar a assistência estudantil para o total de alunos das IES do Brasil, notou-se que a proporção de alunos que recebiam os diversos tipos de apoio social tendia a aumentar em relação aos valores dos alunos ingressantes.

Do total de estudantes que ingressaram por meio de reserva de vagas, 22,5% (23.824) acessavam algum tipo de benefício social. Para os não cotistas, este valor relativo caía pela metade, alcançando 11,2% dos estudantes, ainda que em valores absolutos os mesmos representassem mais de seis vezes o número total de cotistas beneficiados (151.868).

Contudo, a ordem de frequência com que cada modalidade de assistência estudantil aparecia praticamente não se alterou. Ou seja, o apoio social para alimentação, por exemplo, continua sendo o mais frequen-

temente prestado aos estudantes cotistas, ocorrendo em 10,2% dos casos (10.808), enquanto o apoio por meio de material didático continua sendo inexpressivo: somente 0,1% (98) dos cotistas o recebem.

Até 2010, a implementação de políticas de ação afirmativa encontrava um duplo desafio: expandir o número de ingressos por reserva de vaga e a adoção de políticas de apoio estudantil.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2010 evidenciam que as políticas de reserva de vaga não foram acompanhadas por um incremento de ações de assistência estudantil. Sem o reforço de mecanismos voltados ao incentivo da permanência de alunos cotistas, corre-se o risco de ver inviabilizada a aplicação da Lei de Cotas e os esforços em prol de uma maior equidade do sistema de ensino brasileiro.

Dez anos de ação afirmativa: mapas, balanços, aprendizados

ROSANA HERINGER⁸

Desde 2002, vários levantamentos têm sido produzidos por instituições acadêmicas e movimentos sociais destinados a dar conta deste fenômeno até pouco tempo desconhecido: a implementação de políticas de ação afirmativa no acesso a instituições de ensino superior no Brasil.

Se em 2002 se “contava nos dedos” o número de instituições públicas que adotaram essas políticas – até 2004, apenas estaduais, ganhando então a adesão da UnB –, hoje, dez anos depois, o quadro é bastante distinto. Os levantamentos mais recentes, alguns atualizados *online*, como o do GEMAA/IESP/UERJ, dão conta de dezenas de instituições que adotam algum tipo de ação afirmativa.

Nos primeiros levantamentos, em 2002, apontávamos tímidos passos de uma política que rapidamente iria ganhar fôlego. Naquele momento era digno de registro o Programa Diversidade da Universidade, por meio do qual o MEC apoiava a implementação de cursos pré-vestibulares para afro-brasileiros e carentes. No mesmo levantamento, elencávamos as três universidades públicas que adotavam cotas, por força de lei estadual ou por iniciativa institucional: UERJ, UENF e UNEB.

Como demonstra estudo do NIREMA/PUC-Rio, publicado em 2010, o período de 2005 a 2008 concentra o início da adoção de políticas de ação afirmativa em 57 instituições públicas de ensino superior. Ao longo destes quatro anos, um número significativo de instituições estaduais passa a adotar essas políticas, principalmente por meio de cotas, mas não deixa de ser surpreendente a proporção de instituições federais que passam a ter algum tipo de ação afirmativa. Já observamos aí as instituições recém-criadas, muitas no âmbito do REUNI, que já têm incorporado em seu “DNA” o princípio da inclusão.

Estudos mais recentes apontam tendências importantes na distribuição e também no que diz respeito ao público-alvo dessas políticas: levantamento feito pelo NEAB/Ufscar aponta que uma grande proporção das instituições públicas de ensino superior adota o sistema de reserva de vagas para indígenas, com uma proporção inclusive superior àquelas que adotam reserva de vagas para estudantes negros.

Outros estudos, como o de Morche e Neves, de 2010, apontam para a variedade dos tipos de políticas adotadas e públicos a que se destinam, numa frequente combinação de práticas e diferentes públicos. Feres também aponta neste sentido: algumas instituições chegam a combinar cinco critérios diferentes na definição do público-alvo das políticas, incluindo: negro, indígena, quilombola, estudante de escola pública, portador de deficiência, entre outros critérios.

Igualmente significativa é a baixa proporção das instituições que previram, ao menos nos anos iniciais, políticas de permanência na universidade para os estudantes ingressantes por ação afirmativa. Ecio Portes e Letícia Sousa apontam, em seu estudo de 2011, que, das

⁷² É possível o ingresso do aluno por meio de mais de um tipo de reserva de vaga. Por isso, a soma de cada tipologia de cotas é superior ao total de vagas reservadas.

⁸ Professora da Faculdade de Educação da UFRJ.



38 universidades federais então com algum tipo de ação afirmativa, apenas dez mencionavam a adoção de políticas de permanência em seus documentos oficiais e, destas, apenas quatro previam mecanismos efetivos de implantação dessas ações.

Se, como afirmou Feres, em 2008, “o número de universidades com programas de ação afirmativa no Brasil tem crescido tanto que qualquer levantamento dessas políticas está fadado rapidamente à obsolescência”, é importante não perdermos de vista a dimensão histórica deste crescimento e apontar para os novos cenários que se apresentam no futuro próximo.

Atualmente, muitas das instituições que começaram a implantar programas de ação afirmativa na primeira metade da década de 2000 já têm apresentado os resultados de avaliações institucionais que apontam os efeitos dessas políticas na distribuição de oportunidades educacionais no ensino superior e nos trazem importantes indicadores sobre o papel estratégico desses programas ao possibilitar a formação de novos profissionais que chegam ao mercado de trabalho como a primeira geração beneficiada pela ação afirmativa. Saber como o mercado de trabalho vai recebê-los é uma tarefa importante para compreender o alcance dessas políticas.

No cenário recém-estabelecido por um respaldo constitucional unânime das políticas de ação afirmativa e pela promulgação da Lei 12.711/12, que prevê a adoção de reservas de vagas nas instituições federais, é ainda mais importante olhar para as experiências em curso, para os balanços e avaliações realizadas. Descobrimos o quanto caminhamos e, ao mesmo tempo, quais são os aprendizados indispensáveis e os limites a serem ainda superados para uma efetiva democratização do ensino superior no Brasil.

Referências bibliográficas

- FERES Jr., João. Ação afirmativa: política pública e opinião. *Revista Sinais Sociais*, nº8, set.-dez. 2008, p. 38-77.
- GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa). Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br>. Acesso em 13/11/2012.
- HERINGER, Rosana. Ação afirmativa, estratégias pós-Durban. Relatório Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, IBASE, 2002.
- _____. & FERREIRA, Renato. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. In: PAULA, Marilene de & HERINGER, Rosana. *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/ActionAid, 2009.
- JODAS, Juliana e KAWAGAMI, Erika. Políticas de acesso ao ensino superior: os desdobramentos na configuração dos programas de ação afirmativa no Brasil. XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, UFBA, 2011.

Os **Cadernos do Pensamento Crítico Latino-Americano** constituem uma iniciativa do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e do Caribe. São publicados mensalmente nos jornais *La Jornada* do México e *Página 12* da Argentina e nos *Le Monde Diplomatique* da Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, Peru e Venezuela. No Brasil, os Cadernos do Pensamento Crítico são publicados em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) na Revista Fórum.

CLACSO é uma rede de 300 instituições, que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 28 países (www.clacso.org).

FLACSO é um organismo internacional, intergovernamental, autônomo, fundado em 1957, pela Unesco, que atua hoje 17 Estados Latino-Americanos (www.flacso.org.br).

MACHADO, Elielma e SILVA, Fernando Pinheiro. Ações afirmativas nas universidades públicas: o que dizem os editais e manuais. In: PAIVA, Angela R. (Org.). *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. da PUC-Rio; Palas, 2010, p. 19-50.

MORCHE, Bruno & NEVES, Clarissa E. B., 2010. A questão racial no acesso ao ensino superior: políticas afirmativas e equidade. Seminário Fazendo Gênero, Florianópolis, 2010.

NEVES, Clarissa E. B. Ensino superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. Congresso da LASA. São Francisco (EUA), 23 a 26 de maio de 2012.

SOUSA, Letícia Pereira e PORTES, Écio Antônio. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n. 232, set.-dez. 2011, p.516-541.

O Instituto Cultural Steve Biko: vinte anos promovendo ações afirmativas

SILVIO HUMBERTO PASSOS CUNHA⁹

Em 31 de julho de 1992, nos jardins da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, surgia o Instituto Cultural Steve Biko, carinhosamente alcunhado de “Biko” e seus frutos de “Bikudos/as”, como se autointitulam os estudantes que participam dos nossos programas. O instituto foi pioneiro no país na implantação de curso pré-vestibular com foco nos estudantes afrodescendentes, inovando ao construir uma tecnologia social denominada Cidadania e Consciência Negra (CCN) para enfrentar o racismo e seus efeitos no processo de aprendizagem dos estudantes negros da rede pública de ensino. Isso lhe conferiu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 1998/1999 e o Prêmio Jovem Cientista, na categoria graduado, com o Programa Oguntec de Estimulo à Ciência e Tecnologia, em 2008.

O efeito Biko ao longo desses vinte anos se estende para além do quantitativo:¹⁰1 qualitativamente rompemos com os grilhões da escravidão mental no tocante ao acesso dos estudantes negros ao ensino superior. A universidade tornou-se um sonho possível, passou a fazer parte concretamente do projeto de vida das famílias afrodescendentes pobres de Salvador. O lema “oportunidades dadas, vidas transformadas!” serviu mais do que um *slogan*, mas norteou o projeto político-pedagógico do Biko nessa trajetória de desafios.

Além disso, contribuímos para a redução da vulnerabilidade social da juventude negra por meio da construção de uma proposta pedagógica antirracista e geradora de emprego e renda; formação de jovens lideranças e influência nas políticas públicas (ações afirmativas no ensino superior); inclusão de discussões sobre ações afirmativas nas políticas de popularização da ciência; contribuições para a história das ciências e a aplicação da Lei 10.639/03 nas áreas de matemática e ciências da natureza.

O Instituto Steve Biko é uma referência na história da luta por ações afirmativas na universidade. Os desafios impulsionam todos nós: como garantir a sua sustentabilidade em uma conjuntura econômica desfavorável para as organizações do terceiro setor, em particular para as organizações negras, com foco no enfrentamento do racismo e suas manifestações?

As recentes conquistas proporcionadas pela constitucionalidade das cotas raciais e a reservas de vagas com recorte étnicorracial nas universidades e institutos federais criam o ambiente favorável para o fortalecimento da luta antirracista. Entretanto, não podemos subestimar a capacidade de reconfiguração do mito da “democracia racial brasileira” e dos seus defensores, e acima de tudo a comple-

⁹ Doutor em Economia pela UNICAMP, Professor da UEFS, Diretor-fundador do Instituto Steve Biko e Vereador da Cidade de Salvador pelo PSB.

¹⁰ Mais de mil estudantes já ingressaram no ensino superior; cerca de cinco mil frequentaram o programa CCN, segundo levantamento do Instituto Steve Biko.

xidade e o caráter metamórfico do racismo. Vale lembrar que o racismo não tira férias.

A preparação para o acesso ao ensino superior das classes populares com foco nos afrodescendentes e indígenas precisa ser uma prioridade dos governos federal e estaduais. É preciso fazer uma ampla campanha de estímulo à juventude oriunda desses setores a ingressarem nas universidades, ou seja, estimular a cultura do ensino superior desde o fundamental, como ocorre com os seus pares que estudam nas escolas particulares. Para tanto há que se estimular as parcerias entre as universidades públicas e institutos federais e as escolas públicas a fim de encurtar essa distância, que é enorme. É preciso que o estudante da rede pública conheça o mundo universitário. É preciso criar vínculos, derrubar muros!

O governo federal, por meio do MEC e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), precisa destinar recursos para essas ações ou incentivar as empresas estatais em seus progra-

mas de responsabilidade social a apoiar as diversas iniciativas da sociedade civil, em curso no país, por meio de editais específicos. Essa não é uma estratégia nova: no início dos anos 2000 tivemos o Programa Diversidade na Universidade do MEC/Secad, com bons resultados em termos de apoio às iniciativas da sociedade civil com vistas ao acesso ao ensino superior. Encerrou-se o programa e o vazio se estabeleceu em termos de apoio do governo federal.

A experiência desses vinte anos do Instituto Steve Biko sinaliza que, se queremos efetividade das políticas públicas de ações afirmativas, ou seja, "igualdade racial pra valer", de um lado, os governos terão de investir no acesso e permanência dos estudantes, foco dessas políticas, concomitantemente ao estímulo a outras ações. Do outro, nós, do movimento negro brasileiro, devemos seguir com determinação e bem de perto o conselho dado por Joseph Ki-zerbo, célebre historiador africano de Burkina Faso: "Se nos deitarmos, estaremos mortos". A luta continua!



Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil

Uma iniciativa para contribuir com a expansão e a democratização do ensino superior no Brasil.

Apoio: Fundação Ford



Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Visite nosso portal www.flacso.org.br

MAPA DA VIOLÊNCIA 2012



CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL



ATUALIZAÇÃO: HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL



RELATÓRIOS E ARQUIVOS PARA DOWNLOAD
www.flacso.org.br